

# Por eles vêm 23% da captação externa

CECILIA PLESE  
Correspondente

**São Paulo** — Escondidos no interior de imensas estruturas de concreto, armadas nos mais diversos estilos arquitetônicos — modernistas, como os localizados ao longo do espião da avenida Paulista, ou conservadores, como os que ainda se encontram no coração cintzento do antigo centro comercial e financeiro de São Paulo — eles têm, entretanto, características comuns: discricão, instalações confortáveis e atendimento eficiente e sofisticado. Também obedecem, com poucas exceções, a uma mesma palavra de ordem, qualquer que seja a sua origem: sigilo absoluto. Os que tentam ouvir alguns de seus dirigentes, podem facilmente imaginar estar falando com o ex-ministro da Justiça, Armando Falcão. Invariavelmente a resposta é: "nada a comentar", pois a desconfiança em relação à imprensa é grande. Ninguém ignora, porém, que em suas mãos está o futuro econômico do País. Pois eles são os bancos estrangeiros, esses ilustres desconhecidos dos cidadãos comuns brasileiros.

Vinte e dois, segundo as estatísticas da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) ou 29, de acordo com o adjunto da diretoria e gerente geral do Departamento de Planejamento e Promoção de Negócios do Banco de Tokyo S/A, Tsugio Kambara (a diferença estatística é resultante de como são encaradas as variadas formas pelas quais se fazem representar no País) o fato é que, ao final de 83, eles eram responsáveis por 23 por cento dos recursos captados no exterior por toda a rede bancária nacional. E se no passado já eram notoriamente reservados por natureza, agora, depois da decretação de moratória unilateral pela Bolívia, somada à nota conjunta firmada por países como Argentina, México, Colômbia e Brasil, e endossada por outros devedores de primaria e linha sul-americana, em protesto contra a elevação das taxas internacionais de juros, tornaram-se ainda mais fechados. Ao que parece, eles aguardam um sinal — que poderá conduzir tanto a um entendimento conjunto, preservando as partes envolvidas das consequências de um processo de ruptura indesejável, quanto à temida débacle.

Suas atividades são regulamentadas basicamente pela Lei 4.595, de 31/12/1978, segundo as quais seu funcionamento depende de autorização do Governo Federal, expedida através de decreto do Poder Executivo, e está sujeito às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações que praticarem no Brasil. Teoricamente, eles podem operar como qualquer banco comercial brasileiro. Na prática, porém, e devido a uma decisão de inspiração política, sua atuação está relativamente limitada.

Entretanto, conforme asinala o presidente da Febraban, Roberto Konder Bornhausen "já vem de longa data a decisão do Banco Central de não conceder mais cartas patentes de agências aos bancos estrangeiros que aqui operam". Quanto à viabilidade de instalação de novos grupos, que nos últimos anos, de acordo com o próprio Bornhausen não ultrapassou a casa dos 10, parece ser um pouco menos limitada. Mas ainda assim está condicionada à reciprocidade de abertura de agências de bancos brasileiros nos países de origem daqueles grupos.

Segundo Bornhausen, essa necessidade de expansão não traz nenhuma dificuldade. Ao contrário, enriquece o mercado. Ele acha bastante lógica a pretensão dos bancos estrangeiros que operam muito com o Brasil, de ver uma unidade física de seu corpo funcionando aqui. E a classifica como um fato positivo, "pois serve de indicador de que o banco, além de emprestar, deseja se estabelecer, criar raízes, participar do sistema financeiro nacional". Devido ao grande número de operações que os estrangeiros já podem fazer, através da Resolução 4.131, a vista de outras instituições ou a ampliação das já existentes não provocaria alterações substanciais nas condições de competitividade do mercado.

Outro entrave imposto pela legislação brasileira ao funcionamento dos bancos estrangeiros diz respeito à sua participação acionária em banco comercial nacional, que está bloqueada. Ela é permitida somente a nível de bancos de investimento, até um terço do capital votante e até a metade do capital votado.

A política oficial de cercear o crescimento dessas instituições poderia explicar sua baixa capitalização, em contraste com o que ocorre com os bancos nacionais. Segundo a edição de março de 84 da publicação especializada *Balance Financeiro*, o patrimônio líquido consolidado das instituições estrangeiras que atuam no País, que divulgaram seus balanços em fins de 83, era de 460,4 bilhões de cruzeiros. Esse número, revela ainda a revista, é ligeiramente superior ao patrimônio de um só banco brasileiro — o Itaú — terceiro colocado no ranking nacional por receitas operacionais, com um capital próprio de 448 bilhões.

Nem por isso diminui seu interesse em investir no Brasil. Mas quando se trata de obter uma confirmação oficial e direta sobre as fronteiras desse interesse, esbarra-se sempre com a mesma justificativa: "Esse é um assunto de política interna da matriz, que só pode ser debatido com ela". A questão, porém, não se esgota aí e a resposta parece estar relacionada com os diferentes graus de envolvimento dessas instituições, com o endividamento externo brasileiro. A filosofia do Citybank, por exemplo, é diferente da

Banca Commerciale Italiana. Mas não se pode esquecer que dos 5,5 trilhões de cruzeiros que os bancos estrangeiros repassaram ao País (em números de 83), cerca de 1,1 trilhão coube ao Citybank. Ele também obteve o primeiro lugar em volume de depósitos totais (358 bilhões de cruzeiros), ao passo que a Banca ocupava um quase modesto décimo-terceiro posto na escala de estrangeiros, ou seja a gésimo quarto, considerando-se o universo de bancos comerciais brasileiros.

Essas diferenças, entretanto, não impedem que eles tenham aspirações não só semelhantes, do ponto de vista das instituições estrangeiras, como muito parecidos às da própria rede bancária privada nacional.

Figuram entre elas a eliminação dos limites de operações com CDBs, do controle das taxas de juros e dos níveis de repasse de financiamentos. Outro traço de união entre eles é, de certa forma, paradoxal. Ao mesmo tempo em que apontam orgulhosos os belos edifícios em que se acham instalados, "cujo capital imobilizado é uma demonstração evidente de nosso otimismo quanto ao futuro do Brasil", mostram-se receosos pelo elevado teor de incerteza que cerca esse mesmo futuro.

Tsugio Kambara, do Banco de Tokyo, um dos raríssimos diretores que se dispõe a falar, afirmou que o grupo está satisfeito com o mercado financeiro brasileiro. Ocupando o quinto lugar em volume de depósitos na escala de estrangeiros, e o vigésimo-oitavo no concerto nacional privado, ele diz que espera melhorar sua performance ainda este ano. Responsável por investimentos de monta em projetos como Tubarão e Carajás, o Banco de Tokyo, segundo Tsugio, não vê qualquer discriminação aos bancos estrangeiros por parte dos órgãos governamentais do País. Defensor (em caráter pessoal) de uma política de juros mais flexível e do encurtamento do tempo mínimo de depósitos a prazo (no Japão eles podem ser efetuados por uma semana), ele observa porém que as cinco agências em operação no mercado interno (2 em São Paulo, uma no Rio de Janeiro, uma em Belo Horizonte e uma em Brasília) são insuficientes para cobrir as longas distâncias que caracterizam o nosso território. Tsugio está convicto de que a instituição tem condições de oferecer seus serviços a um número maior de cidades.

O banqueiro não quis dizer quais as cidades em estudo pela instituição como possíveis bases futuras de operação, mas sublinhou que não há intenção de competir com os bancos nacionais, "pois não temos capacidade de abrir nem cem agências, quanto mais mil".

Outra grande exceção nesse universo de clausura é o City Bank. Segundo o vice-presidente senior e representante legal do grupo no Brasil, Robert Bailey, as atividades do City Bank,

que já opera no País com 12 filiais, completarão, em 1985, 70 anos de existência. Ele acrescentou que a organização, da mesma forma como o Banco de Tokyo, tem todo o interesse em ampliar a rede de filiais, especialmente no interior, "porque a vasta gama de serviços de primeira qualidade que estamos aptos a oferecer pode ser de grande utilidade àquelas comunidades". O City Bank, que também possui uma financeira, uma distribuidora, uma companhia de arrendamento mercantil e uma corretora de seguros — a Argos — é igualmente associado ao grupo Crefisul — de per si um expressivo conglomerado financeiro — além de participar do Credicard.

"Na condição de hóspedes" do País, seus diretores não têm críticas a fazer quanto às restrições legais impostas pelo Governo brasileiro, em termos de seu funcionamento. Mas Bailey acredita que o City Bank poderia prestar um "excelente serviço à União e ao público em geral se fosse autorizado praticar a arrecadação de tributos federais, o que nos é vedado hoje pelo fato de sermos filiais de banco estrangeiro".

Já o Banco Sudameris, ao analisar o atual momento do mercado financeiro no recomendado prudência, apesar de ressaltar que o Brasil continua a inspirar muita confiança. Tendo como maior acionista o Banco Sudameris, francês, ele opera setenta agências em todo o País, instaladas em praticamente todas as capitais, das quais 60 por cento concentradas no Estado de São Paulo e 35 por cento na cidade de São Paulo.

Segundo sua diretoria, os planos de ampliação desse quadro existem, tanto que, em breve, deverão ser inauguradas mais três agências, em Porto Velho, Rondônia, Cuiabá, Mato Grosso, e São Luís, Maranhão. Em março deste ano, o Sudameris concorría com 1,08 por cento dos depósitos totais do sistema financeiro nacional e com 9,52 por cento do total de depósitos em bancos estrangeiros.

A verdade, entretanto, é que todos eles, aberta ou anonimamente, deixam transpirar a vontade de expandir sua rede. Mas ao que tudo indica, precisam se conformar — pelo menos por enquanto — com a falta de perspectivas nessa área, pois, como acentuou o presidente da Febraban, esse tipo de problema não está atualmente em discussão. Pelo menos até onde ele saiba, embora admita que, como se trata de assunto afeto à política governamental, pode estar sendo analisado sem que nada tenha vindo a público.

O remédio é, então, esperar, enquanto os respectivos cacifes são devidamente comparados nos bastidores. Há quem acredite numa possibilidade de barganha. Facilidades maiores em troca de um acordo amplo de renegociação, quer do principal, quer dos juros da dívida externa brasileira. Quem viver, verá.